

## Propostas do V Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos /SP

23 e 24 de abril de 2010

### Mesa 1 - Financiamento e Programas de EJA

1. Promoção da transparência, visibilidade e publicidade nos processos de financiamento e gasto público da EJA, com padronização dos registros.
2. Início de discussão das perspectivas de uma política permanente de financiamento a partir de 2020, rompendo com a lógica transitória dos fundos.
3. Engajamento nos Conselhos de Educação para fiscalizar a aplicação dos recursos em EJA.
4. Obtenção de isonomia dos alunos de EJA no fator de ponderação do Fundeb, equiparando-os com os de outros níveis e modalidades da educação básica.
5. Construção de indicadores de *custo-aluno qualidade* na modalidade EJA.
6. Democratização da gestão dos recursos do Sistema “S”, direcionando-os para o ensino público, principalmente à EJA.

### Mesa 02 - Inclusão de PNEE (Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) na EJA

1. Expansão de salas diurnas da EJA para todos os alunos, mesmo para os não deficientes, tomando cuidado de não transformá-las em salas especiais.
2. Articulação entre secretarias para atendimento dos alunos com deficiência (saúde, assistência social, esporte, cultura, trabalho, transporte, obras e outras).
3. Incentivo à participação de estudantes, professores, especialistas, pais e gestores em fóruns educacionais para discussão e reflexão sobre as questões relativas ao tema.
4. Elaboração de políticas públicas para garantir o direito dessas pessoas ao acesso e à permanência na educação escolar com qualidade.
5. Lembrança de que o termo “alunos com necessidades educativas especiais” abrange três segmentos: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação- altas habilidades.

### Mesa 03 - Educação para privados de liberdade

1. Atendimento e efetivação da educação prisional como direito constitucional.
2. Ampliar a discussão sobre o tema da Educação das pessoas em privação de liberdade junto aos órgãos da administração pública (Secretarias Estadual e Municipal), ao Conselho Estadual e Municipal e às Escolas das redes, na busca de um trabalho de parceria entre essas instâncias e as instituições que são responsáveis pela educação no sistema prisional paulista, considerando as práticas pedagógicas (saberes, experiências) dessas instituições, visando uma educação efetiva para o desenvolvimento pleno de todos.
3. Garantir:
  - Formação inicial e continuada de professores e professoras, que atuam na educação das pessoas privadas de liberdade.

- Orientação às escolas (gestores e demais funcionários) que recebem pessoas egressas do sistema penitenciário assim como adolescentes e jovens em Liberdade Assistida.
  - Acesso à Formação Superior aos privados de liberdade.
  - Regulamentação da remição da pena pela educação, preferencialmente equiparada à remição pelo trabalho.
4. Aprofundar o diálogo entre as áreas de Segurança e de Educação dentro das instituições de privados de liberdade.

#### **Mesa 04 - Educação do Campo**

1. Ações políticas que contemplem a realidade do campo:
  - Construção de escolas
  - Espaços de cultura e lazer
  - Biblioteca/brinquedoteca
2. Formação específica para o educador do campo
3. Pedagogia específica para o campo:
  - Pedagogia da alternância
  - Pedagogia itinerante

#### **Mesa 05 - Educação Profissional e EJA**

1. Construção de propostas que contemplem a formação integral como direito de pessoas jovens e adultas, como projeto de vida, considerando itinerários, percursos formativos, de modo a garantir uma formação permanente que crie possibilidades de inserção qualificada no mercado de trabalho.
2. Propor formação continuada, técnica e tecnológica, não apartada do Sistema de Educação.
3. Integrar currículo de EJA e Educação Profissional.
4. Garantir política de formação profissional para todos os brasileiros.
5. Realizar intercâmbios entre experiências de EJA e Educação Profissional.
6. Incluir o Fórum de EJA de São Paulo na comissão de discussão do PROEJA dos IFs (Institutos Federais de Educação) bem como na discussão dos critérios de admissão e ampliação de atendimento de alunos.
7. Discutir metodologias, currículos e organização dos IFs para receber os alunos do PROEJA.
8. Ampliar canal de diálogo entre IFs e Prefeituras.
9. Propor que os Institutos Federais e Centro Paula Souza orientem e reconheçam os cursos de formação profissional de jovens e adultos, em nível fundamental, oferecidos pelas Prefeituras.
10. Normatização da Educação Profissional oferecida para jovens e adultos pelos municípios em nível fundamental (capacitações, certificações), garantindo conexão e continuidade nos estudos de nível médio.

## **Mesa 06 - Alfabetização de Jovens e Adultos**

1. Formação inicial e continuada dos educadores atrelada às suas necessidades e às dos educandos, com foco na alfabetização e nas características de aprendizagem e desenvolvimento do pensamento de educandas e educandos jovens e adultos, considerando o contexto, as práticas, o número de alunos, avaliação, entre outros.
2. Discussão das teorias de conhecimento e da história dos métodos de ensino.
3. Levar em conta a diversidade dos sujeitos e demandas por eles geradas (tempos, espaço, realidade, regionalidade, turnos de oferta; acesso e permanência, êxito, calendário, experiências).
4. Reconhecer a importância do uso da língua escrita na sociedade e romper com a ideia de que a escrita é um objeto meramente escolar.
5. Proporcionar um ambiente alfabetizador com o uso de diversos recursos.

Desafio: Reconhecer, mapear e utilizar as práticas de letramento da comunicação, sem deixar de ampliar para outros contextos

## **Mesa 07- Currículo da EJA**

1. Ao se pensar o currículo para a EJA, considerar o conceito de aprendizagem ao longo da vida bem como princípios universais norteadores tais como justiça, solidariedade, inclusão e igualdade.
2. Atender as especificidades do público de EJA: prisional, movimentos sociais, escolas... Considerar também a diversidade e o multiculturalismo no universo dos educandos jovens e adultos.
3. Envolver toda a comunidade escolar na construção de um currículo que atenda às demandas apresentadas por essa parcela da sociedade que vem de um histórico de exclusão.
4. Ampliar a discussão do currículo em diferentes espaços e instâncias.
5. Dialogar e refletir junto com as universidades sobre a importância da introdução de discussões do currículo na formação do professor em todas as licenciaturas e na pedagogia.
6. Compreender o currículo nas suas diferentes dimensões: política, econômica, cultural e histórica.
7. Integração das áreas do conhecimento voltadas para o universo dos Jovens e Adultos.
8. Reorganizar tempos e espaços diferenciados para a EJA, considerando necessidades, interesses e demandas apresentados pelos sujeitos sociais da EJA.
9. A avaliação dos processos de ensino-aprendizagem deve ser compreendida como formativa e não somativa.

## **Mesa 08 - Formação de educadores e educadoras de EJA**

1. Reorganização do currículo e do tempo do(a) professor(a) na escola e abolição da lógica segundo a qual o trabalho na EJA se limita a uma atividade complementar e secundária a outras que o professor desenvolve.
2. Necessidade de formação específica para EJA nas diversas licenciaturas.

## **Mesa 09 - Práticas de Educação Popular na EJA**

1. Dada a concepção libertadora da educação e a evidência do papel da Educação na construção do sujeito em

um novo projeto sócio histórico , propôs-se o engajamento de educandos e educadores da EJA de todo o Estado num movimento junto ao governo de São Paulo pela garantia de continuidade dos estudos no segundo segmento do Fundamental e no Ensino Médio.

2. Disponibilização das unidades móveis de inclusão digital do SENAI para as salas de EJA dos municípios.
3. Atuar para que a concepção de educação popular seja referencial para o projeto político-pedagógico da EJA.
4. Valorização dos educadores do MOVA e da EJA.

### **Mesa 10 - Políticas Públicas de EJA**

1. Que o Fórum acompanhe/monitore o encaminhamento das propostas do documento da CONAE (Conferencia Nacional de Educação).
2. Reivindicar dos governos a realização de um Censo específico que verifique a demanda potencial para a modalidade e suas necessidades (curriculares, transporte, saúde).
3. Fazer chamada pública para a EJA.
4. Demandar, das secretarias estadual e municipal de educação, políticas de atendimento à EJA, garantindo a continuidade de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.
5. Superar a visão compensatória da EJA, de modo que não seja mera ação assistencialista.
6. Articular o atendimento de EJA com outras secretarias.
7. Propor integração entre as instituições que oferecem educação a jovens e adultos (EJA, CIEJA, MOVA etc.) e ampla divulgação delas nos meios de comunicação, utilizando inclusive os recursos das novas tecnologias da informação.
8. Rever as avaliações externas a fim de que não sirvam para classificar ou discriminar os educandos e sim, para subsidiar os processos de aprendizagem e para a correção de eventuais distorções nos sistemas educacionais.
9. Mobilizar e articular órgãos públicos para exigir das Secretarias de Educação o cumprimento da legislação.
10. Fortalecer o site do Fórum, tendo-o como espaço de discussão de estratégias para uma formulação do PME no que se refere à EJA.
11. Garantir o cumprimento da Agenda Territorial mediante realização de ações sistemáticas e continuadas (fóruns, seminários, campanhas na internet): [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12308&Itemid=619](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12308&Itemid=619)
12. Criação de um observatório da EJA em São Paulo, através de um blog ( com um link, por exemplo, no Portal da Ação Educativa) onde sejam divulgadas questões locais.
13. Apresentação de uma moção de repúdio à inação do Estado de São Paulo no tocante à EJA, divulgando-a em um site ou blog, e também por meio de ONG'S e sindicatos, de modo a que o público-alvo da EJA tome conhecimento da ação;
14. Elaboração de planos municipais que reflitam a implementação das Políticas Públicas de EJA;
15. Promover uma formação política dos coordenadores, gestores, educadores e educandos, incentivando e garantindo a participação de todos em Fóruns, Seminários, Congressos e outros espaços de discussão da EJA;

## **Mesa 11 - Inclusão digital na EJA**

1. É preciso que educandos e educadores da EJA tenham acesso a computadores e à internet de banda larga; que a coordenação e a direção das escolas que já contam com laboratórios e máquinas viabilizem esse acesso e que o Estado forneça esses equipamentos aos estabelecimentos que ainda não os possuem e garanta o indispensável suporte técnico.
2. É necessário acompanhar a discussão sobre o plano nacional de banda larga e participar das ações que visam à reforma da lei do direito autoral. Da forma como está, tem impedido o acesso ao conhecimento pelo alto custo dos softwares.
3. Reivindicar estímulos à produção e à socialização de recursos pedagógicos em formatos e licenças flexíveis, os chamados recursos educacionais abertos.
4. Debater a necessidade de se restringir o acesso a determinadas páginas da internet.

## **Mesa 12 - Economia Solidária**

### **Como a Economia Solidária pode ajudar a pensar uma outra escola:**

#### **1. Organização da Escola**

- Tendo o conselho de escola como articulador, criar mecanismos de participação ativa da comunidade na escola, e desta, no desenvolvimento de seu entorno.
- Promover gestão democrática que possibilite uma “Escola aberta interna e externamente”.
- Garantir na escola a valorização da EJA e da Educação ao longo da vida.
- Escola como agente econômico = Fundo público com articulações com políticas públicas.

#### **2. Currículo / Conhecimento**

- Tema: Trabalho como elemento de discussão
- Conteúdos sobre a produção econômica
- Levantamento da produção econômica do entorno da escola.
- Pensar coletivamente os eixos estruturantes do currículo segundo a realidade do entorno da escola.
- Produzir textos em sala de aula com problematizações sobre o cotidiano dos educandos, com o objetivo de provocar o entendimento de como funciona a economia;
- Desenvolvimento de experiências práticas de economia solidária na escola (clubes de trocas, moeda social, banco comunitário, etc.) e que estas sejam sistematizadas.
- Troca de experiências entre educadores/as sobre as possibilidades da economia solidária: vídeos como o do Banco Palmas e Catende, dados estatísticos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), aproveitamento do óleo de cozinha para a confecção de sabão em pedra.
- Levantamento de práticas culturais solidárias que vem sendo deixadas de lado pela população.

- Distinção entre práticas coletivas e individuais (cooperativas x empresas).

### **3. Articulações Políticas**

- Necessidade de articular fundos públicos com os orçamentos da educação para a EJA.
- Pensar como o Estado pode contribuir com fundos públicos para desenvolver a escola.
- Conhecer e articular as propostas de leis, créditos e fomentos.
- Articular o desenvolvimento de práticas solidárias no entorno da escola com as políticas públicas: prefeituras podem comprar, para merenda, alimentos da agricultura familiar, podem estimular a formação de cooperativa para a fabricação de uniformes escolares etc.

### **Mesa 13 - Diversidade Geracional e de Gênero na EJA**

1. Incentivar a formação dos educadores sobre a diversidade na EJA
2. Expandir o horário da EJA para manhã e tarde.
3. Propor que haja recursos pedagógicos específicos para EJA que contemple a diversidade de sujeitos.
4. Considerando que as mulheres com filhos pequenos têm dificuldades de frequentar a EJA, pensar formas de acolher as crianças, mediante, por exemplo, turmas de recreação, no mesmo horário e espaço das mães, o que contribuiria para diminuir a evasão escolar. Buscar soluções também no caso das classes conveniadas do MOVA ou Brasil Alfabetizado.
5. Discussão de gênero no currículo

### **Mesa 14 - Educação Indígena e Quilombola e a Implementação da Lei 11.645/08**

1. Criação de Grupo de Referência para estudar o tema, com a participação de pessoas da comunidade, indígena e quilombola.
2. Em relação à **Lei 11.645/08**:
  - Realização de diagnóstico sobre implementação da lei **Lei 11.645/08** nas escolas e sistemas de ensino;
  - Cursos, oficinas, seminários e formação continuada para os (as) educadores/as;
  - Garantir um acervo bibliográfico étnico-racial;
  - Dar visibilidade ao tema mediante campanhas, prêmios, mostras, etc.;
3. Focar a questão ambiental no processo de educação étnico-racial, principalmente nas áreas quilombolas e indígenas;
4. Garantir o acesso desses grupos às universidades e a permanência nelas.
5. Que os educadores sejam da própria Comunidade de forma a garantir os valores, costumes e necessidades específicas dela.

## **Mesa15\_Cultura e EJA**

1. Identificar a produção cultural dos educandos e ressignificá-las;
2. Promover o acesso de todos, inclusive das pessoas com deficiência, [à produção e] aos bens e atividades culturais;
3. Incentivo à leitura e [**às iniciativas culturais**] às demais manifestações culturais e artísticas.
4. Criar políticas públicas para inserção da cultura na EJA. Favorecer políticas públicas e intersetoriais de socialização das ações culturais;
5. Formação específica para o professor na área cultural.
6. A escola deve ser entendida também como espaço de formação, difusão e produção cultural. Nela, deve-se respeitar e valorizar a diversidade, incorporando as manifestações culturais dos educandos.
7. Incentivar as parcerias do setor público e privado nas ações de formação, difusão e produção cultural